

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ANÁLISE CRÍTICA DA CIENTIFICIDADE DA LEGISLAÇÃO RELATIVA A
MANGUEZAIS**

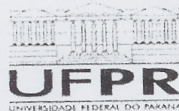
**CURITIBA
2006**

RITA DE CÁSSIA LINHARES PULNER

**ANÁLISE CRÍTICA DA CIENTIFICIDADE DA LEGISLAÇÃO RELATIVA A
MANGUEZAIS**

Tese para obtenção do título de Doutor, apresentada junto ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, sob a orientação dos Professores Doutores Paulo da Cunha Lana e Paulo Roberto de Souza.

**CURITIBA
2006**



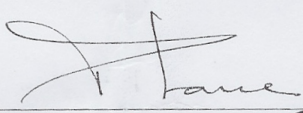
Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários 1540 Juvevê CEP: 80035-050 Curitiba/Pr
Fone (fax) 41-3350 5764
E-mail: made@ufpr.br
Home-Page: www.doutmeio.ufpr.br

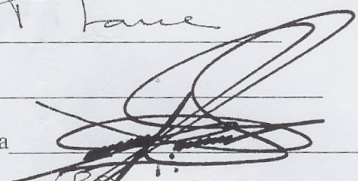
PARECER

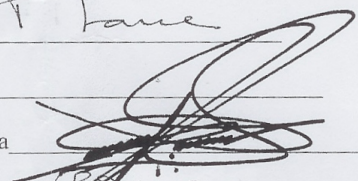
Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Paulo da Cunha Lana (orientador), Vladimir Passos Freitas (TRF 4º Região), Paulo Roberto Pereira de Souza (UEM), Dimas Floriani (UFPR), Jose Milton Andriguetto Filho (UFPR) após realizarem a arguição da tese de doutorado apresentada pela candidata **Rita de Cássia Linhares Pulner** intitulada: "*Análise Crítica da Cientificidade da Legislação Relativa a Manguezais*" deliberaram pela: Aprovação (x) Reprovação (). Com menção: (x) Distinção () Louvor. Tendo a candidata completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Costeiro.

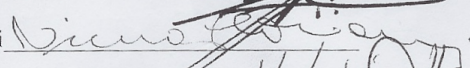
OBS: _____

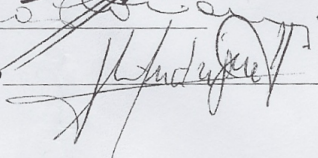
Curitiba, 23 de março de 2006.

Prof. Dr. Paulo da Cunha Lana 

Prof. Dr. Vladimir Passos Freitas 

Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza 

Prof. Dr. Dimas Floriani 

Prof. Dr. Jose Milton Andriguetto Filho 

DEDICATÓRIAS

Ao meu pai Alexandre e à minha mãe Marlize,
pelo afeto.

Aos meus filhos João Gabriel e Letícia por me
permitirem transmitir este afeto.

Ao Antonio Carlos, meu querido Toni, pelo amor

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Cunha Lana, pela generosidade, paciência e dedicação com que orientou este trabalho;

Ao Professor Paulo Roberto de Souza, pela co-orientação;

Ao Professor José Milton Andriguetto Filho, pela valiosa contribuição em todas as avaliações;

Ao demais professores do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR;

Aos meus colegas de doutorado, em especial aos bromelianos Roberto, Icléia, Cimone, Janise e Edmilson, pelas horas de descontração e genuína alegria;

À Elaine Harres pela amizade e dedicação;

Aos meus colegas procuradores do IBAMA, por terem me aliviado do trabalho durante a elaboração desta tese;

À Andréa Vulcanis pela colaboração;

À Lara Calafell pelos conselhos;

Aos colegas Cecil, Marcelo Limont e Cynthia pela colaboração;

Ao colega César Vasini pelo apoio e pela força no *abstract*

Ao estagiário Tiago, pelo apoio, dedicação e bom humor;

Ao meu amigo Marlus Arns, Senador Flávio Arns e seu Gabinete por terem fornecido tão valioso material para este trabalho;

Ao Dr. Aleksandro Sitônio pela valiosa contribuição com as entrevistas sobre a elaboração das leis;

Ao Dr. Ubiracy Araújo, pela gentileza com que me atendeu e respondeu às minhas perguntas;

Ao Toni, João Gabriel e à Letícia, pela paciência.

À Dona Teresinha e ao Sr. João Carlos, porque cuidaram dos meus filhos para que eu pudesse desenvolver este trabalho;

À Minha mãe e meu pai, pela torcida.

Aos meus queridos irmãos, e em especial à Lia e ao Ademir. Valeu mesmo!

Agradeço imensamente a Jesus Cristo por ter colocado todas estas pessoas no meu caminho e por ter fortalecido tanto a minha fé.

RESUMO

O meio ambiente hoje apresenta um quadro de crescente interferência humana, onde o simples cumprimento das leis pode não garantir seu equilíbrio e utilização adequada. Proposta desta tese é avaliar o comprometimento das normas ambientais com a realidade dos ecossistemas em seus conceitos científicos. Neste contexto o trabalho pretende analisar tanto a elaboração das normas, quanto o conhecimento do bem objeto da regulamentação. Para enfrentar este desafio recorre à situação jurídica dos manguezais brasileiros em sua interface com a legislação. O estudo procura apresentar uma demonstração prática da incongruência da legislação ambiental relativa a estes ecossistemas e aponta caminhos para elaboração de políticas públicas mais eficientes.

ABSTRACT

Currently, the natural environment outlooks an ever growing human influence. This situation suggests the solely “law accomplishment” may not assure its steady equilibrium and suitable use. The Thesis proposal is the evaluation of the environmental rules and regulations effectiveness in face of the ecosystems reality and the match of scientific concepts. In this context, this paper intends to study the rules elaboration process as well as the knowledge of its object, i.e., the good to be regulated. Insofar, to comply with the proposed task, Brazilian mangroves situation is examined under the light of legislation. The study also goals to demonstrate, in practice, the environmental laws inconsistencies and thus their ineffectiveness regarded to preserve the concerned ecosystems. Last, but not least, it is suggested different approaches and guidelines to the formulation of new public environmental policies.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DE TRABALHO.....	6
CAPÍTULO 2 – TEORIA DA NORMA JURÍDICA AMBIENTAL.....	8
2.1 A DISTÂNCIA ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O FORMALISMO LEGAL.....	8
2.2 TEORIA DA NORMA JURÍDICA.....	10
2.3 MICROSISTEMA JURÍDICO AMBIENTAL.....	13
2.3.1 Epistemologia Jurídico-Ambiental.....	15
2.3.2 Sistema de Normas Jurídico-Ambientais no Brasil.....	24
CAPÍTULO 3 – HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA NORMATIVA AMBIENTAL NO BRASIL.....	32
3.1 PERÍODO COLONIAL.....	32
3.2 PERÍODO IMPERIAL.....	34
3.3 PERÍODO REPUBLICANO.....	36
3.3.1 Primeira Fase.....	36
3.3.2 Segunda Fase.....	40
3.3.3 A Época Contemporânea.....	43
CAPÍTULO 4 – PROCESSO LEGISLATIVO AMBIENTAL.....	48
4.1 PRODUÇÃO DE LEIS.....	48
4.2 PRODUÇÃO DE OUTROS ATOS NORMATIVOS.....	64
4.2.1 Medida Provisória.....	64
4.2.2 Resoluções do CONAMA.....	66
4.3 ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS NORMAS AMBIENTAIS.....	82
CAPÍTULO 5 – A CIENTIFICIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS INCIDENTES SOBRE OS MANGUEZAIS DO LITORAL BRASILEIRO.....	84
5.1 EVOLUÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS RELATIVAS AOS MANGUEZAIS E DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO CORRESPONDENTE DA ÉPOCA COLONIAL ATÉ OS DIAS DE HOJE.....	84
5.2 O QUADRO JURÍDICO ATUAL: UMA DERIVAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS DE 40 ANOS ATRÁS.....	97
5.3 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATUAL DOS MANGUEZAIS: A PROGRESSIVA MUDANÇA DE DOGMAS E PARADIGMAS.....	101
5.4 O QUADRO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATUAL: HARMONIA OU DESCOMPASSO? O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO SE MANTEM VÁLIDO? QUAIS SERIAM AS BASES PARA NOVOS MODELOS DE GESTÃO E MANEJO?.....	110
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES.....	119
REFERÊNCIAS.....	122